

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	41
-----------------	----

PARTE I

O direito internacional privado e a construção da heterogeneidade

Capítulo 1

A COORDENAÇÃO DA DIVERSIDADE NORMATIVA E JURISDICIONAL DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	51
---	----

Capítulo 2

A PLURALIDADE DOS MÉTODOS E DOS OBJETIVOS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	55
--	----

2.1. Aspectos gerais	55
2.2. O método indireto.....	56
2.2.1. As origens do método indireto e sua faceta unilateral.....	56
2.2.2. O método indireto multilateral e o direito internacional privado das encruzilhadas.....	67
2.3. A evolução do método indireto multilateral: o princípio da proximidade, as conexões múltiplas e a escolha da melhor lei	78
2.4. O método direto e o método do reconhecimento de situações jurídicas....	90
2.5. A (falta de) organização da pluralidade de métodos.....	100

Capítulo 3

A MULTIPLICAÇÃO DE DIREITOS PROTEGIDOS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	103
--	-----

3.1. A pluralidade dos métodos e a identificação dos direitos.....	103
3.2. O direito à segurança jurídica no direito internacional privado	104
3.3. O direito à igualdade no direito internacional privado	111
3.4. O direito à liberdade no direito internacional privado	114

Capítulo 4

A JUSTIÇA NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	129
4.1. O direito à justiça no direito internacional privado.....	129
4.2. A formação da justiça conflitual.....	134
4.3. A formação da justiça material.....	144
4.4. A justiça e o mito da homogeneidade no direito internacional privado.....	154

Capítulo 5

O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO DA HETEROGENEIDADE.....	159
--	------------

PARTE II**O direito internacional privado
e a construção do mosaico****Capítulo 1**

OS INSTITUTOS DE PROMOÇÃO DE DIREITOS E A HIERARQUIA DE VALORES NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	163
--	------------

Capítulo 2

A TÉCNICA DA PREVALÊNCIA DO DIREITO PRIORITÁRIO: O PRINCÍPIO DO FAVORECIMENTO.....	171
2.1. A formação do princípio do favorecimento: evolução (e não revolução).....	171
2.2. O favorecimento à validade dos atos jurídicos.....	177
2.2.1. O <i>favor validitatis</i> e o <i>favor negotii</i>	177
2.2.2. O <i>favor testamenti</i>	183
2.3. O favorecimento à preservação ou à dissolução de determinado <i>status</i>	186
2.3.1. O <i>favor filiationis</i>	186
2.3.2. O <i>favor matrimonii</i> e o <i>favor divortii</i>	190
2.4. O favorecimento da vítima de danos (<i>favor laesi</i>).....	198
2.5. A lei mais favorável ao alimentando (<i>favor obligationis</i>).....	204
2.6. A lei mais favorável aos sucessores brasileiros.....	209
2.7. A técnica do direito prioritário pelo uso de leis de validação e de leis comparadas.....	218

Capítulo 3

A TÉCNICA DA PREVALÊNCIA DO DIREITO ESSENCIAL: A EXCEÇÃO DE ORDEM PÚBLICA.....	225
3.1. Aspectos gerais.....	225
3.2. A abordagem tradicional do conteúdo da ordem pública: os direitos essenciais do Estado do foro.....	232

3.3. Incidência, funções e fundamentos da ordem pública	237
3.4. O conteúdo nacional dos direitos inseridos na ordem pública	241
3.5. A ordem pública no Brasil	244
3.6. A ordem pública e os tratados de direito internacional privado	248
3.7. O dilema da intolerância na ordem pública	255

Capítulo 4

A TÉCNICA DA PREVALÊNCIA DOS DIREITOS PROTEGIDOS PELO FORO: AS NORMAS DE APLICAÇÃO IMEDIATA 267

4.1. Aspectos gerais e as discussões doutrinárias	267
4.2. A natureza das normas de aplicação imediata e sua especificidade	275
4.3. Os dispositivos nacionais e internacionais referentes às normas de aplicação imediata	280
4.4. As normas de aplicação imediata e o conteúdo dos direitos protegidos	282

Capítulo 5

A TÉCNICA DA PREVALÊNCIA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS: O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO..... 295

5.1. A constitucionalização do direito internacional privado.....	295
5.2. A imposição dos direitos previstos na Constituição.....	305
5.3. A proteção dos direitos constitucionais e o risco à diversidade.....	312

Capítulo 6

A ERA DO MOSAICO: A FRAGILIDADE E A POUCA NITIDEZ DA IMAGEM DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO 315

PARTE III
O direito internacional privado
e a construção da coerência

Capítulo 1

A BUSCA DA SISTEMATICIDADE FORMAL E DA LEGITIMIDADE SUBSTANCIAL NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO 323

Capítulo 2

O PLURALISMO JURÍDICO E A GRAMÁTICA DOS DIREITOS..... 329

2.1. A aceitação do pluralismo jurídico no direito internacional privado: a heterogeneidade agravada	329
2.2. Da coordenação à articulação das ordens jurídicas.....	332
2.3. A regulação das relações privadas transnacionais: a descodificação e a constitucionalização do direito privado	336

2.4. O reconhecimento de direitos e seu impacto no direito internacional privado.....	346
2.5. Ascensão dos direitos humanos e a sua eficácia nas relações privadas.....	352

Capítulo 3

A INCIDÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO..... 367

3.1. Atributos diferenciados dos direitos humanos e seu objetivo emancipatório no direito internacional privado	367
3.2. O uso indireto dos direitos humanos no direito internacional privado	373
3.3. O uso direto dos direitos humanos: a invocação nacional.....	376
3.4. O uso direto dos direitos humanos: a invocação internacional	378

Capítulo 4

A BUSCA DA COERÊNCIA E O USO DO TESTE DE PROPORCIONALIDADE NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO..... 389

4.1. A coordenação das ordens jurídicas e o uso da hierarquia das fontes.....	389
4.2. A coordenação por meio do diálogo das fontes.....	393
4.3. Universalismo, igualdade material e reconhecimento das diferenças.....	395
4.4. Direito internacional privado, inclusão e a proteção dos vulneráveis.....	402

Capítulo 5

O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E A ARTICULAÇÃO COERENTE ENTRE OS DIREITOS..... 417

5.1. Aspectos gerais.....	417
5.2. A articulação dos direitos e o teste de proporcionalidade no direito internacional privado	418
5.3. A construção da coerência no método do reconhecimento à luz dos direitos humanos.....	424
5.4. A insuficiência da dicotomia <i>lex fori</i> e <i>lex causae</i> no teste de proporcionalidade: o uso das referências cruzadas.....	433
5.5. O teste de proporcionalidade e o sequestro internacional de crianças no direito internacional privado	437
5.5.1. A pluralidade de regras e interpretações na matéria de sequestro internacional de crianças: o laboratório da articulação no direito internacional privado	437
5.5.2. A jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos no sequestro internacional de crianças.....	446
5.5.2.1. A colisão de direitos envolvendo o devido processo legal: a articulação procedimental no direito internacional privado.....	448

5.5.2.2.	A colisão de direitos envolvendo o melhor interesse da criança: a articulação material no direito internacional privado.....	452
5.5.2.3.	A colisão de direitos envolvendo as exceções ao retorno da criança: a articulação material no direito internacional privado	455
5.5.2.4.	A colisão de direitos envolvendo a exceção ao retorno por violação de direitos humanos: a articulação material no direito internacional privado.....	462
5.5.3.	A colisão de direitos envolvendo o pluralismo jurídico: a articulação entre direitos previstos em tratados no direito internacional privado.....	464

Capítulo 6

	O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E A FIXAÇÃO DA JURISDIÇÃO INTERNACIONAL: O TESTE DE PROPORCIONALIDADE ENTRE O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA E OS DIREITOS À AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO	471
6.1.	A concorrência de jurisdição	471
6.2.	A jurisdição internacional cível da era do mosaico: os vínculos <i>a priori</i>	474
6.3.	A jurisdição internacional cível do direito internacional privado inclusivo: a gramática dos direitos	478
6.4.	A jurisdição internacional cível do direito internacional privado inclusivo: o caso brasileiro.....	481
6.4.1.	A pluralidade das fontes na determinação da jurisdição internacional cível brasileira.....	481
6.4.2.	A jurisdição internacional cível baseada na proteção de direitos: o uso do foro do domicílio/residência do Autor.....	483
6.4.3.	A fixação da jurisdição internacional cível brasileira para além das hipóteses aprioristicamente determinadas: o teste de proporcionalidade.....	488

Capítulo 7

	O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO HETEROGÊNEO E A CONSTRUÇÃO DA COERÊNCIA NA PROTEÇÃO DE DIREITOS	493
	CONCLUSÃO	501
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	515